



DIREITO PENAL

PARTE GERAL

*Atualizada de acordo com a
Lei 13.964/19 – pacote anticrime*

FERNANDO
GALVÃO



2 0 2 1

14^a EDIÇÃO

 editora
D'PLÁCIDO

DIREITO PENAL

PARTE GERAL

DIREITO PENAL

PARTE GERAL

FERNANDO
GALVÃO

ATUALIZADA DE ACORDO
COM A LEI 13.964/19 –
PACOTE ANTICRIME

14^ª
edição

2 0 2 1





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2015, D'Plácido Editora.
Copyright © 2015, Fernando Galvão.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Tales Leon de Marco
(Sobre pintura de Marília Chartune)

Diagramação Bárbara Rodrigues
Christiane Morais de Oliveira
Letícia Robini
Tales Leon de Marco
Nathalia Torres
Enzo Zaqueu Prates

Catálogo na Publicação (CIP)

Galvão, Fernando
G182 Direito penal : parte geral / Fernando Galvão. - 14. ed. - Belo Horizonte, São Paulo:
D'Plácido, 2021.
1250 p.

ISBN 978-65-5589-170-6

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDDir: 341.5

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR 15

INTRODUÇÃO 17

1. Direito Penal: definição.....	17
2. Teoria discursiva do Direito.....	17
2.1. Concepção tópica do raciocínio jurídico.....	18
2.2. A nova retórica.....	20
2.3. A lógica informal.....	22
2.4. A ação comunicativa e o discurso argumentativo.....	23
2.4.1. A racionalidade comunicativa.....	25
2.4.2. A sociedade como o mundo da vida e como sistema.....	27
2.4.3. O processo emancipatório.....	28
2.4.4. A argumentação jurídica como um caso especial.....	30
2.4.5. Limites do discurso jurídico.....	32
2.5. Perspectiva discursiva do Direito Penal.....	34
3. Direito Penal e seu compromisso por realizar justiça.....	36
3.1. Justiça social, de Kelsen.....	38
3.2. Justiça formal (igualdade), de Perelman.....	40
3.3. Justiça como correção, de Alexy.....	42
3.4. Justiça como equidade, de Rawls.....	43
3.5. Justiça constitucional.....	47

Capítulo 1

LEGITIMIDADE DA PUNIÇÃO 55

1.1. Discurso justificador.....	60
1.1.1. Teorias retributivas.....	61
1.1.1.1. Retribuição divina.....	63
1.1.1.2. Retribuição moral.....	65
1.1.1.3. Retribuição jurídica.....	66

1.1.2. Teorias utilitárias.....	69
1.1.2.1. Prevenção especial.....	73
1.1.2.2. Prevenção geral.....	75
1.1.2.3. Correção do criminoso.....	78
1.1.2.4. Prevenção de penas.....	79
1.1.3. Teorias de defesa.....	80
1.1.3.1. Defesa indireta.....	81
1.1.3.2. Defesa justa.....	82
1.1.3.3. Defesa social.....	84
1.1.4. Teorias unitárias.....	87
1.1.5. Reforma das penas.....	89
1.2. Discurso deslegitimante.....	92
1.2.1. Ideologia anarquista.....	95
1.2.2. Perversidade do sistema repressivo.....	102
1.2.3. Abolicionismo radical.....	106
1.2.4. Abolicionismo moderado.....	108
1.3. Controle da vingança privada.....	111

Capítulo 2

MODELO CONSTITUCIONAL DE PUNIÇÃO 113

2.1. Das velocidades às dimensões do Direito Penal.....	115
2.1.1. Dimensão liberal do Direito Penal.....	118
2.1.2. Dimensão igualitária do Direito Penal.....	120
2.1.3. Dimensão democrática (solidária) do Direito Penal.....	123
2.1.3.1. Direito penal para sociedades complexas.....	127
2.1.3.2. Titularidade do jus puniendi.....	129
2.1.3.3. Dignidade da pessoa humana e vedação à violência.....	130
2.2. Princípios político-criminais do Estado Democrático.....	131

2.2.1. Princípio da humanidade.....	134
2.2.2. Princípio da reserva legal.....	137
2.2.3. Princípio da intervenção mínima e adequada.....	143
2.2.4. Princípios da fragmentariedade e subsidiariedade.....	144
2.2.5. Princípio da ofensividade.....	145
2.2.6. Princípio da culpabilidade.....	146
2.2.7. Individualização da pena.....	148

Capítulo 3

LEI PENAL **151**

3.1. Fontes do Direito Penal.....	151
3.1.1. Fontes formais.....	151
3.1.2. Fontes materiais.....	155
3.2. Eficácia temporal da lei penal.....	159
3.2.1. Tempo do crime.....	159
3.2.2. Retroatividade benéfica.....	160
3.2.3. Ultratividade benéfica.....	161
3.2.4. Sucessão de leis nos crimes continuados e permanentes.....	162
3.2.5. Aplicação de lei intermediária e combinação de leis.....	162
3.2.6. Ultratividade das leis excepcionais e temporárias.....	164
3.3. Eficácia espacial da lei penal.....	165
3.3.1. Lugar do crime.....	167
3.3.2. Princípio da territorialidade.....	168
3.3.3. Extraterritorialidade.....	170
3.4. Eficácia da lei penal quanto às pessoas.....	173
3.4.1. Imunidade diplomática.....	173
3.4.2. Imunidade parlamentar.....	175
3.4.3. Imunidade judiciária.....	178
3.4.4. Imunidade prisional.....	180
3.4.5. Imunidade penal de carácter social.....	181
3.5. Conflito aparente de leis.....	182
3.5.1. Princípio da especialidade.....	183
3.5.2. Princípio da subsidiariedade.....	185
3.5.3. Princípio da consunção.....	186
3.5.4. Princípio da alternatividade.....	188

Capítulo 4

EVOLUÇÃO DA TEORIA DO CRIME **191**

4.1. Crime como ente jurídico.....	191
4.2. Crime como ação humana.....	194
4.3. Conceito analítico do crime.....	198
4.4. Linhas básicas do trabalho analítico.....	202
4.4.1. Sistema causal-naturalista (clássico).....	204

4.4.2. Sistema neoclássico.....	208
4.4.3. Sistema finalista.....	211
4.4.4. Sistema social.....	215
4.4.5. Sistema funcionalista.....	221
4.4.5.1. Funcionalismo moderado.....	222
4.4.5.1.1. Função de proteção ao bem jurídico.....	224
4.4.5.1.2. Conteúdo material do conceito de bem jurídico.....	225
4.4.5.1.2.1. Teorias subjetivas.....	228
4.4.5.1.2.2. Teorias objetivas.....	230
4.4.5.1.2.3. Teorias mistas.....	231
4.4.5.1.2.4. Teoria do objeto de proteção.....	231
4.4.5.1.2.5. Teorias sociológico-funcionalistas.....	232
4.4.5.1.2.6. Teoria procedimental.....	234
4.4.5.2. Funcionalismo sistémico (radical).....	235
4.4.5.2.1. Função de estabilização das expectativas sociais.....	236
4.4.5.2.2. Direito Penal do cidadão e Direito Penal do Inimigo.....	237
4.4.5.3. Conformação sistémica funcional.....	239
4.4.6. Sistema significativo.....	241
4.4.6.1. Giro linguístico e hermenêutico.....	242
4.4.6.2. Pretensões de validade da norma penal.....	246
4.4.6.3. Conformação sistémica significativa.....	248
4.4.6.4. Influência do sistema significativo.....	252
4.4.7. Sistema adotado.....	253
4.4.7.1. Carácter normativo.....	255
4.4.7.2. Carácter funcional.....	256
4.4.7.3. Perspectiva significativa e procedimental.....	258

Capítulo 5

TIPO PENAL INCRIMINADOR **261**

5.1. Tipo e tipicidade.....	261
5.2. Funções do tipo.....	264
5.2.1. Selecionar a matéria de proibição.....	264
5.2.2. Garantir a liberdade individual.....	265
5.2.3. Motivar os membros da sociedade.....	266
5.2.4. Definir espécies de erro relevante.....	266
5.3. Conteúdo normativo do tipo.....	267
5.4. Estrutura do tipo.....	268
5.4.1. Elementos estruturais.....	269
5.4.1.1. Núcleo do tipo.....	269
5.4.1.2. Sujeitos do crime.....	270
5.4.1.3. Objetos do crime.....	273

5.4.2. Elementos Objetivos.....	273	6.6.1.1.1.1. Mínima ofensividade da conduta do sujeito.....	355
5.4.2.1. Meramente descritivos.....	274	6.6.1.1.1.2. Nenhuma periculosidade social da conduta.....	356
5.4.2.2. Normativos.....	275	6.6.1.1.1.3. Reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento.....	358
5.4.3. Elementos subjetivos.....	277	6.6.1.1.1.4. Inexpressividade da lesão jurídica provocada.....	359
5.4.3.1. Dolo.....	279	6.6.1.1.2. Insignificância e crimes complexos.....	359
5.4.3.2. Culpa.....	287	6.6.1.1.3. Insignificância e crime continuado.....	360
5.4.3.3. Preterdolo.....	296	6.6.1.1.4. Insignificância nos crimes tributários.....	361
5.5. Adequação típica.....	298	6.6.1.2. Princípio da posição de garantidor.....	364
5.5.1. Direta ou imediata.....	299	6.6.1.2.1. Da concepção naturalista à normativa de omissão.....	365
5.5.2. Mediata ou por extensão.....	299	6.6.1.2.2. Distinção entre ação e omissão.....	368
5.6. Adequação típica e erro de tipo.....	301	6.6.1.2.3. Omissão própria.....	369
5.6.1. Erro essencial e erro acidental.....	302	6.6.1.2.4. Omissão imprópria.....	370
5.6.2. Erro sobre elementos normativos do tipo.....	304	6.6.1.3. Princípio da tolerância social a situações de risco.....	375
5.6.3. Erro vencível e invencível.....	305	6.6.1.3.1. Criação do risco não permitido.....	377
5.6.4. Erro determinado por terceiro.....	306	6.6.1.4. Exclusão da imputação ante o risco permitido.....	382
5.7. Inadequação típica.....	307	6.6.1.4.1. Consentimento do ofendido e autocolocação em perigo.....	384
5.7.1. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	307	6.6.1.4.2. Princípio da confiança.....	389
5.7.1.1. Requisitos.....	308	6.6.1.5. Realização do risco não permitido.....	395
5.7.1.2. Responsabilização pelos atos já praticados.....	312	6.6.1.6. Situações particulares.....	398
5.7.2. Crime impossível.....	313	6.6.1.6.1. Autocolocação em perigo.....	398
5.7.2.1. Ineficácia absoluta do meio empregado.....	315	6.6.1.6.2. Cursos causais extraordinários.....	400
5.7.2.2. Improriedade absoluta do objeto.....	317	6.6.1.6.3. Ações perigosas de salvamento.....	400
5.7.2.3. Flagrante preparado e flagrante esperado.....	321	6.6.1.6.4. Interrupções de ações de salvamento.....	402
5.7.2.4. Crime impossível e crime putativo.....	322	6.6.1.6.5. Diminuições do risco.....	406
Capítulo 6		6.6.1.6.6. Aceleração do resultado.....	407
IMPUTAÇÃO OBJETIVA	325	6.6.1.6.7. Aparição tardia do resultado.....	408
6.1. Resultado natural e resultado jurídico.....	326	Capítulo 7	
6.2. Estrutura da imputação objetiva.....	329	ILICITUDE E CAUSAS	
6.2.1. Finalidade da conduta.....	332	DE JUSTIFICAÇÃO	411
6.3. Âmbito de aplicação da imputação objetiva.....	334	7.1. Ilícitude da conduta punível.....	411
6.4. Causalidade e imputação objetiva.....	336	7.2. Ilícitude e injusto.....	413
6.5. Determinação da causalidade natural.....	338	7.3. Ilícitude formal e material.....	413
6.5.1. Teoria da equivalência dos antecedentes.....	339	7.4. Relação tipo-ilícitude.....	416
6.5.2. Teoria da causalidade adequada.....	342	7.5. Valoração do Injusto.....	419
6.5.3. Concausalidade.....	344	7.6. Fundamento da justificação.....	423
6.6. Critérios normativos de relevância.....	348		
6.6.1. Princípio da adequação social.....	349		
6.6.1.1. Princípio da insignificância.....	352		
6.6.1.1.1. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	354		

7.7. Tipos permissivos.....	424
7.8. Elemento subjetivo.....	425
7.9. Causas de justificação.....	429
7.9.1. Estado de necessidade.....	431
7.9.1.1. Teoria diferenciadora.....	432
7.9.1.2. Perigo atual.....	434
7.9.1.3. Salvamento de bem juridicamente protegido.....	437
7.9.1.4. Involuntariedade na produção do perigo.....	438
7.9.1.5. Inevitabilidade do comportamento lesivo.....	440
7.9.1.6. Inexistência do dever de enfrentar o perigo.....	442
7.9.1.7. Elemento subjetivo.....	443
7.9.1.8. Estado de necessidade no Direito Civil.....	444
7.9.2. Legítima defesa.....	444
7.9.2.1. Agressão injusta.....	446
7.9.2.2. Agressão atual ou iminente.....	448
7.9.2.3. Agressão a bem juridicamente protegido.....	450
7.9.2.4. Reação com meios necessários.....	451
7.9.2.5. Uso moderado dos meios.....	452
7.9.2.6. Intenção de defesa.....	453
7.9.2.7. Defesa por agente de segurança pública.....	454
7.9.3. Estrito cumprimento de dever legal.....	457
7.9.4. Exercício regular de direito.....	461
7.9.5. Causas supralais de exclusão da ilicitude.....	463
7.9.5.1. Consentimento do ofendido.....	464
7.10. Excesso nas justificativas.....	468
7.11. Discriminantes putativas.....	470

Capítulo 8

CULPABILIDADE 477

8.1. Conceito.....	477
8.2. Evolução da teoria.....	479
8.2.1. Concepção psicológica.....	479
8.2.2. Concepção psicológico-normativa.....	481
8.2.3. Concepção normativa.....	483
8.2.4. Concepção funcional.....	484
8.3. Critério de reprovação: exigibilidade de conduta diversa.....	488
8.4. Reprovação conforme a racionalidade prática (cognitiva-instrumental).....	491
8.4.1. Poder-de-agir-de-outro-modo.....	492

8.5. Reprovação jurídica em ambiente de interação social complexa.....	494
8.6. Culpabilidade.....	497
8.7. Tipo de culpabilidade.....	500
8.8. Culpa referida à finalidade comunicativa.....	502
8.8.1. Metodologia.....	507
8.8.2. Finalidade e crimes dolosos.....	508
8.8.3. Finalidade e crimes culposos.....	509
8.9. Exculpação.....	513
8.9.1. Inexigibilidade por incapacidade psíquica: inimputabilidade.....	513
8.9.1.1. Reconhecimento da incapacidade.....	517
8.9.1.2. Doença mental.....	518
8.9.1.3. Desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	521
8.9.1.4. Perturbação da saúde mental.....	522
8.9.1.5. Psicopatia ou sociopatia.....	523
8.9.1.6. Embriaguez completa e teoria da actio libera in causa.....	524
8.9.1.7. Embriaguez incompleta.....	530
8.9.1.8. Menoridade do sujeito.....	532
8.9.1.9. Consequências da inimputabilidade.....	535
8.9.1.10. Semi-imputabilidade.....	537
8.9.2. Inexigibilidade por incompreensão da ilicitude do fato.....	538
8.9.2.1. Erro de proibição.....	540
8.9.2.2. Espécies de erro.....	541
8.9.2.3. Evitabilidade do erro.....	545
8.9.2.4. Desconhecimento da lei.....	550
8.9.2.5. Elemento subjetivo no erro.....	553
8.9.3. Inexigibilidade na colisão de deveres.....	554
8.9.4. Inexigibilidade por coação irresistível.....	556
8.9.5. Inexigibilidade por obediência à ordem de superior hierárquico.....	558
8.9.6. Inexigibilidade por estado de necessidade.....	562

Capítulo 9

CONCURSO DE PESSOAS 563

9.1. Pluralidade de pessoas no fato punível.....	563
9.2. Teorias para a incriminação.....	564
9.3. Requisitos.....	567
9.4. Comunicabilidade de elementares típicas.....	570
9.4.1. Circunstâncias e condições de caráter pessoal.....	572
9.4.2. Elementares do crime.....	573
9.4.3. Elementares objetivas.....	575

9.4.4. Conhecimento pelos demais concorrentes.....	576
9.4.5. Síntese das regras da comunicabilidade.....	578
9.5. Autoria e participação.....	578
9.5.1. Identificação do autor.....	580
9.5.2. Formas de autoria.....	584
9.5.2.1. Autoria direta ou imediata.....	585
9.5.2.2. Autoria indireta ou mediata.....	585
9.5.2.3. Autoria mediata no Código Penal brasileiro.....	588
9.5.2.4. Formas de autoria mediata.....	589
a) Erro determinado por terceiro.....	589
b) Coação moral irresistível.....	591
c) Executor inimputável por menoridade, doença mental e embriaguez.....	592
d) Domínio das estruturas organizadas de poder.....	592
9.5.2.5. Autoria mediata nos crimes próprios e de mão própria.....	595
9.5.2.6. Autoria mediata em crime culposos.....	596
9.5.2.7. Autoria mediata em crime omissivo.....	597
9.5.3. Coautoria.....	598
9.5.3.1. Coautoria sucessiva.....	599
9.5.3.2. Coautoria nos crimes próprios e de mão própria.....	602
9.5.3.3. Coautoria em crime culposos.....	603
9.5.3.4. Coautoria em crime omissivo.....	605
9.5.3.5. Coautoria com pessoa jurídica.....	607
9.5.4. Autoria colateral.....	609
9.5.5. Participação criminosa.....	610
9.5.5.1. Fundamento da punição.....	611
9.5.5.2. Acessoriedade da participação.....	613
9.5.6. Formas de participação.....	616
9.5.6.1. Culplicidade.....	617
9.5.6.2. Determinação.....	618
9.5.6.3. Instigação.....	619
9.5.6.4. Participação de menor importância.....	619
9.5.7. Participação em crimes próprios e de mão própria.....	620
9.5.8. Participação em crime culposos.....	621
9.5.9. Participação em crime omissivo.....	622
9.6. Intervenção impunível.....	623
9.7. Cooperação dolosamente distinta.....	624
9.8. Concurso de pessoas no contexto societário.....	630

Capítulo 10

PENAS EM ESPÉCIE 633

10.1. Penas privativas de liberdade.....	633
10.1.1. Regimes prisionais.....	635
10.1.1.1. Regime fechado.....	638
10.1.1.2. Regime semiaberto.....	639
10.1.1.3. Regime aberto.....	641
10.1.1.4. Regime especial.....	644
10.1.1.5. Regime nas contravenções penais.....	645
10.1.1.6. Regime disciplinar diferenciado.....	647
10.1.1.7. Progressão de regime.....	652
10.1.2. Direitos do preso.....	662
10.1.3. Remição pelo trabalho ou pelo estudo.....	664
10.1.4. Detração.....	669
10.1.5. Livramento condicional.....	674
10.1.5.1. Requisitos.....	675
10.1.5.2. Soma das penas.....	684
10.1.5.3. Período de prova.....	684
10.1.5.4. Especificação das condições.....	684
10.1.5.5. Cerimônia do livramento condicional.....	685
10.1.5.6. Revogação do livramento.....	686
10.1.5.7. Efeitos da revogação.....	687
10.1.5.8. Livramento de preso provisório.....	690
10.2. Penas restritivas de direitos.....	691
10.2.1. Prestação pecuniária.....	694
10.2.2. Prestação de outra natureza.....	697
10.2.3. Perda de bens e valores.....	698
10.2.4. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	699
10.2.5. Interdição temporária de direitos.....	703
10.2.6. Limitação de fim de semana.....	708
10.2.7. Comparecimento a determinados lugares em dias de jogos esportivos.....	709
10.3. Multa.....	710
10.3.1. Destinação da multa.....	712
10.3.2. Execução da pena de multa.....	714

Capítulo 11

AÇÃO PENAL 715

11.1. Conceito e natureza jurídica.....	715
11.2. Condições da ação.....	719
11.2.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	720
11.2.2. Legitimidade da parte.....	722
11.2.3. Interesse de agir.....	723
11.2.4. Justa causa.....	724

11.2.5. Punibilidade concreta.....	726	12.3.6.1. Causas gerais.....	798
11.3. Classificação das ações penais.....	726	12.3.6.2. Causas específicas.....	802
11.3.1. Quanto à tutela jurisdicional invocada.....	727	12.3.6.3. Saldo de trinta dias de privação da liberdade.....	804
11.3.2. Quanto à titularidade do exercício.....	728	12.4. Aplicação imediata de pena.....	805
11.4. A ação penal no crime complexo.....	731	12.4.1. Infrações de menor potencial ofensivo.....	808
11.5. Irretratabilidade da representação.....	731	12.4.2. Impossibilidade de aplicação.....	808
11.6. Renúncia expressa ou tácita ao direito de queixa.....	732	12.4.3. Legitimidade para a proposta.....	811
11.7. Ação penal na aplicação imediata de pena.....	733	12.4.4. Especificação da pena.....	813
		12.4.5. Apreciação do juiz e redução da pena de multa.....	815

Capítulo 12

INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA

735

12.1. Pena privativa de liberdade.....	736	12.4.6. Descumprimento da transação penal e a súmula vinculante nº 35 do STF.....	817
12.1.1. Medida da culpabilidade.....	739	12.4.6.1. Transação e devido processo legal... 818	
12.1.2. Circunstâncias judiciais.....	746	12.4.6.1.1. Devido processo legal consensual.....	820
12.1.3. Circunstâncias atenuantes e agravantes.....	749	12.4.6.1.2. Necessidade de rever antigas lições processuais.....	822
12.1.4. Concurso de atenuantes e agravantes.....	752	12.4.6.2. Lastro probatório para acusar.....	823
12.1.5. Causas de diminuição e de aumento.....	756	12.4.6.3. Natureza condenatória da decisão que homologa a transação penal.....	825
12.1.6. Concurso de causas de diminuição e/ou aumento.....	757	12.4.6.4. Inexistência de período de prova.....	826
12.1.6.1. Métodos para a incidência das causas.....	759	12.4.6.5. Defesa na retomada da persecução e segurança jurídica... 827	
12.1.7. Definição do regime inicial.....	762	12.4.6.6. Coerência do sistema repressivo.....	828
12.1.8. Limite para a execução das penas.....	766	12.4.6.7. Solução legal.....	830
12.1.9. Concurso de penas.....	770	12.5. Acordo de não persecução penal.....	832
12.2. Pena de multa.....	772	12.5.1. Origem do instituto.....	833
12.2.1. Sistema de dias-multa.....	772	12.5.2. Críticas aos institutos negociais advindos do sistema da <i>common law</i>	835
12.2.2. Valor da multa.....	774	12.5.3. Pressupostos do acordo de não persecução penal.....	838
12.2.3. Vinculação ao salário mínimo.....	776	12.5.3.1. Elementos para a propositura de ação penal.....	838
12.2.4. Correção monetária.....	777	12.5.3.2. Não ser o caso de perseguir a aplicação da pena privativa de liberdade.....	838
12.2.5. Multa substitutiva.....	778	12.5.4. Requisitos para o acordo de não persecução penal.....	839
12.2.6. Conversão em privativa de liberdade.....	784	12.5.4.1. Confissão do investigado.....	839
12.3. Restritiva de direitos.....	785	12.5.4.2. Infração sem violência ou grave ameaça.....	840
12.3.1. Requisitos para a substituição.....	786	12.5.4.3. Infração penal cuja pena mínima cominada seja inferior a 04 (quatro) anos.....	841
12.3.2. Substituição de pena igual ou superior a um ano.....	790		
12.3.3. Substituição em condenação por crime hediondo ou por tráfico de drogas.....	790		
12.3.4. Substituição depois de iniciada a execução da privação da liberdade.....	791		
12.3.5. Duração da pena.....	795		
12.3.6. Conversão em privativa de liberdade.....	797		

12.5.5. Inadmissibilidade do acordo de não persecução penal.....	841
12.5.6. Condições ajustadas.....	842
12.5.7. Procedimento do acordo de não persecução penal.....	846
12.5.7.1. Negociação.....	846
12.5.7.2. Termo de acordo.....	848
12.5.7.3. Homologação judicial.....	848
12.5.7.4. Execução do acordo.....	849
12.5.8. Rescisão do acordo.....	850

Capítulo 13

CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS 851

13.1. Culpabilidade.....	854
13.2. Antecedentes.....	857
13.3. Conduta social.....	860
13.4. Personalidade.....	861
13.5. Motivos.....	863
13.6. Circunstâncias do crime.....	865
13.7. Consequências do crime.....	866
13.8. Comportamento da vítima.....	867

Capítulo 14

CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS AGRAVANTES 869

14.1. Reincidência.....	872
14.2. Motivo fútil ou torpe.....	874
14.3. Finalidade de facilitar ou assegurar a execução, ocultação, impunidade ou vantagem de outro crime.....	878
14.4. Traição, emboscada, dissimulação ou outros recursos que dificultem ou tornem impossível a defesa do ofendido.....	879
14.5. Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou que possa resultar perigo comum.....	881
14.6. Vítima ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.....	882
14.7. Abuso de autoridade, relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade e violência contra a mulher.....	883

14.8. Abuso de poder e violações dos deveres inerentes a cargo, ofício, ministério ou profissão.....	887
14.9. Vítima criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida.....	889
14.10. Vítima sob imediata proteção da autoridade.....	893
14.11. Incêndio, naufrágio, inundação e outras calamidades públicas e desgraça particular do ofendido.....	894
14.12. Embriaguez preordenada.....	895
14.13. Concurso de pessoas.....	900

Capítulo 15

CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS ATENUANTES 905

15.1. Menoridade ou senilidade do condenado.....	907
15.2. Desconhecimento da lei.....	909
15.3. Motivo de relevante valor social ou moral.....	910
15.4. Tentativa de evitar ou minorar as consequências do crime e reparação do dano.....	913
15.5. Coação resistível e cumprimento de ordem de autoridade superior.....	915
15.6. Influência de violenta emoção.....	917
15.7. Confissão de autoria.....	918
15.8. Influência de multidão em tumulto.....	920
15.9. Atenuante inominada.....	921

Capítulo 16

CAUSAS DE DIMINUIÇÃO 923

16.1. Tentativa.....	923
16.1.1. Possibilidade da tentativa.....	925
16.1.2. Início da execução.....	929
16.1.3. Término da tentativa.....	933
16.1.4. Tentativa nos crimes omissivos.....	935
16.1.5. Redução de pena.....	939
16.2. Arrependimento posterior.....	941
16.3. Erro de proibição evitável.....	942
16.4. Exigibilidade de sacrifício no fato necessário.....	944
16.5. Semi-imputabilidade.....	946
16.6. Embriaguez incompleta.....	948
16.7. Participação de menor importância.....	952
16.8. Causas de diminuição previstas na parte especial.....	955

Capítulo 17

CAUSAS DE AUMENTO 959

17.1. Previsibilidade do resultado mais grave.....	960
17.2. Situação econômica do condenado e pena de multa.....	962
17.3. Concurso formal.....	963
17.4. Crime continuado.....	968
17.5. Aberratio ictus.....	971
17.6. Aberratio delicti.....	976
17.7. Causas de aumento previstas na parte especial.....	979

Capítulo 18

EFEITOS DA CONDENAÇÃO 983

18.1. Efeitos genéricos.....	986
18.1.1. Reparação civil ex delicto.....	986
18.1.2. Confisco.....	987
18.1.3. Suspensão dos direitos políticos.....	997
18.1.4. Suspensão do exercício do poder familiar.....	1003
18.2. Efeitos específicos.....	1006
18.2.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	1007
18.2.1.1. Perda do cargo de militares.....	1012
18.2.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela.....	1016
18.2.3. Inabilitação para dirigir veículo.....	1019
18.3. Impossibilidade de administrar sociedade civil simples.....	1021
18.4. Reabilitação.....	1023
18.4.1. Requisitos.....	1025
18.4.2. Efeitos.....	1028
18.4.3. Reexame necessário.....	1031
18.4.4. Revogação.....	1032

Capítulo 19

MEDIDAS DE SEGURANÇA 1035

19.1. Requisitos.....	1039
19.2. Espécies.....	1039
19.2.1. Internação hospitalar.....	1039
19.2.2. Tratamento ambulatorial.....	1041
19.3. Substituição da pena por medida de segurança.....	1043
19.4. Duração.....	1045
19.5. Cessaçã da periculosidade.....	1047

19.6. Aplicação imediata de medida de segurança.....	1047
19.7. Impossibilidade de aplicação.....	1050

Capítulo 20

**SUSPENSÃO
CONDICIONAL DA PENA 1053**

20.1. Conceito e natureza jurídica.....	1053
20.2. Requisitos.....	1055
20.3. Espécies.....	1056
20.4. Audiência admonitória.....	1057
20.5. Condições sursitárias.....	1058
20.6. Período de prova.....	1059
20.7. Revogação.....	1059
20.8. Efeitos da revogação.....	1060
20.9. Prorrogação automática do período de prova.....	1061
20.10. Cumprimento das condições.....	1062

Capítulo 21

**EXTINÇÃO DA
RESPONSABILIDADE 1063**

21.1. Noções gerais.....	1063
21.1.1. Questão prejudicial de mérito.....	1065
21.1.2. Alcance das causas extintivas da responsabilidade.....	1065
21.1.3. Condições objetivas de responsabilidade.....	1067
21.1.4. Escusas absolutórias ou imunidades penais.....	1069
21.2. Morte do sujeito.....	1071
21.3. Anistia, graça e indulto.....	1072
21.3.1. Anistia.....	1072
21.3.2. Graça.....	1075
21.3.3. Indulto.....	1075
21.4. Abolitio criminis.....	1076
21.5. Prescrição.....	1077
21.6. Decadência.....	1077
21.6.1. Natureza jurídica.....	1077
21.6.2. Direito de representação.....	1078
21.6.3. Direito de queixa.....	1080
21.6.4. Prazo decadencial.....	1081
21.6.5. Titularidade do direito potestativo.....	1084
21.7. Perempção.....	1084
21.8. Renúncia ao direito de queixa.....	1086
21.9. Perdão aceito.....	1086
21.10. Retratação do sujeito.....	1089
21.11. Perdão judicial.....	1091

21.11.1. Natureza jurídica.....	1092
21.11.2. Efeitos.....	1094
21.11.3. Requisitos.....	1095
21.11.4. Perdão nos crimes de trânsito.....	1096
21.11.5. Perdão em decorrência de colaboração.....	1098
21.12. Outras causas extintivas da responsabilidade.....	1101
21.12.1. Cumprimento do período de prova do sursis.....	1102
21.12.2. Reparação dos danos no peculato culposo.....	1102
21.12.3. Pagamento de tributos e contribuições previdenciárias devidas.....	1103
21.12.4. Cumprimento do prazo da suspensão condicional do processo.....	1105
21.12.5. Cumprimento do livramento condicional.....	1106
21.12.6. Cumprimento do acordo de não persecução penal.....	1107

Capítulo 22

EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE PELA PRESCRIÇÃO 1109

22.1. Natureza jurídica.....	1110
22.2. Fundamento.....	1111
22.3. Crimes imprescritíveis.....	1114
22.4. Espécies.....	1116
22.5. Efeitos.....	1117
22.6. Prazos prescricionais.....	1118
22.6.1. Aumento do prazo pela reincidência.....	1120
22.6.2. Diminuição do prazo em face da idade do criminoso.....	1120
22.6.3. Concorrência de causas que alteram o prazo prescricional.....	1121
22.7. Contagem do prazo.....	1122
22.8. Termo inicial.....	1123
22.9. Causas suspensivas.....	1131
22.10. Causas interruptivas.....	1141
22.11. Prescrição intercorrente ou superveniente.....	1151
22.12. Prescrição retroativa.....	1153
22.13. Prescrição pela pena em perspectiva.....	1156
22.14. Prescrição das penas restritivas de direito.....	1158

22.15. Prescrição da multa.....	1159
22.16. Prescrição no concurso de crimes.....	1161
22.17. Prescrição nos casos de detração.....	1162

Capítulo 23

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS CRIMES EM ESPÉCIE 1165

Classificação doutrinária.....	1165
23.1. Quanto à gravidade objetiva do crime.....	1167
23.1.1. Crime de pequeno potencial ofensivo.....	1167
23.1.2. Crime de maior potencial ofensivo.....	1168
23.1.3. Aplicação prática.....	1169
23.2. Quanto ao sujeito ativo.....	1170
23.2.1. Crime comum.....	1170
23.2.2. Crime próprio.....	1170
23.2.3. Aplicação prática.....	1171
23.3. Quanto à forma de execução.....	1171
23.3.1. Crime comissivo.....	1171
23.3.2. Crime omissivo próprio.....	1171
23.3.3. Crime omissivo impróprio.....	1172
23.3.4. Crime unissubsistente.....	1173
23.3.5. Crime plurissubsistente.....	1174
23.3.6. Crime de Mão Própria.....	1174
23.3.7. Aplicação prática.....	1175
23.4. Quanto ao momento consumativo.....	1176
23.4.1. Crime material.....	1176
23.4.2. Crime formal.....	1178
23.4.3. Crime de mera conduta.....	1179
23.4.4. Crime de ação múltipla ou conteúdo variado.....	1180
23.4.5. Crime habitual.....	1182
23.4.6. Crime Instantâneo.....	1183
23.4.7. Crime permanente.....	1184
23.4.8. Crime progressivo e progressão criminosa.....	1185
23.4.9. Aplicação prática.....	1186
23.5. Quanto ao resultado naturalístico.....	1186
23.5.1. Crime de dano.....	1187
23.5.2. Crime de perigo concreto.....	1188
23.5.3. Crime de perigo abstrato.....	1189
23.5.4. Crime de bagatela.....	1190
23.5.5. Aplicação prática.....	1191
23.6. Quanto ao concurso de pessoas.....	1192
23.6.1. Crime de concurso facultativo.....	1192
23.6.2. Crime de concurso necessário.....	1193
23.6.3. Aplicação prática.....	1193
23.7. Quanto à concepção do tipo.....	1194

23.7.1. Tipo simples e tipo derivado (qualificado, privilegiado e complexo).....	1194
23.7.2. Tipo fechado e tipo aberto.....	1196
23.7.3. Tipo congruente e tipo incongruente.....	1198
23.7.4. Aplicação prática.....	1200
23.8. Quanto à especialidade da justiça que o julga.....	1200
23.8.1. Crime comum.....	1203
23.8.2. Crime especial.....	1204
23.8.2.1. Crimes militares.....	1204
23.8.2.1.1. Os novos crimes militares introduzidos pela Lei 13.491/17.....	1207
23.8.2.1.2. Crimes propriamente militares e crimes impropriamente militares.....	1208
23.8.2.1.3. Impossibilidade constitucional de caracterização do crime militar..	1210
23.8.2.1.4. Crimes entre militares estaduais e federais.....	1212
23.8.2.1.5. Tutela da hierarquia e da disciplina.....	1214
23.8.3. Aplicação prática.....	1215

ÍNDICE ALFABÉTICO	1217
--------------------------	-------------

REFERÊNCIAS	1227
--------------------	-------------

NOTA DO AUTOR

Os textos que tratam sistematicamente dos temas da parte geral do Código Penal costumam se apresentar sob a denominação *Curso de Direito Penal*, *Manual de Direito Penal* ou simplesmente *Direito Penal*. A utilização de qualquer dessas denominações não importa, necessariamente, em que a exposição dos assuntos obedeça à ordem na qual estes se apresentam no Código. Tal metodologia poderia até permitir ao leitor ir, aos poucos, familiarizando-se com a legislação. Mas entendo que é melhor perceber o *sistema* que fundamenta a resposta estatal ao fato punível.

Mesmo optando pela tradicional denominação *Direito Penal*, pretendi transmitir a ideia de que a apresentação e análise dos temas obedeceu a outra lógica. Não houve a preocupação de seguir a ordem estabelecida pela legislação para a apresentação dos assuntos, muito embora haja muita coincidência com os rumos de uma exposição tradicional. A ideia central foi desenvolver uma análise que pudesse orientar a interpretação sobre como o Direito Penal se materializa em responsabilidade concreta. No estudo do Direito Penal, importa saber *por que*, *para que* e *como* se realiza a atribuição legítima de responsabilidade. Todos os institutos do Direito Penal convergem para a produção de efeitos concretos na atribuição de responsabilidade. A finalidade última do Direito Penal é estabelecer os pressupostos e os limites de uma responsabilidade que possibilite a mais grave forma de intervenção estatal na esfera de liberdade individual. Assim, persegui o objetivo de realçar a convergência existente entre os temas analisados e a apuração concreta da responsabilidade.

Com base nas premissas do *Estado Democrático de Direito*, na teoria discursiva do Direito e no compromisso por realizar a *justiça constitucional*, a abordagem parte dos pressupostos de legitimidade da intervenção repressiva e prossegue até atingir o exame das causas de extinção da responsabilidade. Os temas da parte geral são analisados, mas, na conformação e sequência dos capítulos, procurei contextualizar cada instituto

com os efeitos produzidos sobre a apuração de responsabilidade. Ao examinar a *tentativa*, por exemplo, fiz questão de inseri-la no contexto das causas de diminuição de pena, pois esse é o efeito específico que o instituto produz na apuração da responsabilidade.

A percepção da legitimidade e da finalidade da intervenção punitiva não se restringe aos parâmetros impostos por uma visão meramente teórica, mas, sobretudo, retrata uma questão de enorme repercussão prática. Não quero dizer com isso que, no texto que ora apresento, a dogmática tenha sido relegada a segundo plano. Muito ao contrário, o detalhamento conceitual fornecido pela dogmática é indispensável para realizar a intervenção qualificada que a sociedade espera e merece receber. A preocupação com a depuração dos conceitos dogmáticos foi uma constante, bem como que tais conceitos fossem sempre interpretados à luz da opção político-criminal decorrente do *Estado Democrático de Direito*.

Dessa forma, espero poder contribuir para uma melhor compreensão das repercussões concretas que os institutos penais são capazes de produzir.

Esta 13ª edição foi atualizada com as alterações produzidas pela Lei n. 13.964, de 24 de dezembro de 2019, conhecida como a Lei do Pacote Anticrime.

O Autor

“Desde o começo de nossa carreira, Fernando Galvão sempre se destacou por suas ideias inovadoras. Por várias vezes recebeu prêmios nos concursos promovidos pela nossa Associação Mineira do Ministério Público. Como professor universitário, sempre procurou trazer ao conhecimento dos seus alunos as discussões mais atuais e os conflitos que sempre envolveram o Direito Penal.

A presente edição retrata, com fidelidade, o espírito desse renomado jurista. Não somente trabalhou na construção de um amplo manual de direito penal, como também, ao seu estilo, inovou na discussão de inúmeros temas.

O texto dessa edição consolida a ideia inicialmente desenvolvida nas anteriores de que a teoria do crime deve ser elaborada e interpretada no contexto de uma teoria racional discursiva do direito (como teoria geral) e de sua perspectiva comunicativa.”

Trecho da apresentação de Rogério Greco

INDICADO PARA:

GRADUAÇÃO

PÓS-GRADUAÇÃO

PROFISSIONAIS

ADVOGADOS

PROMOTORES DE JUSTIÇA

MAGISTRADOS



ISBN 978-65-5589-170-6



9 786555 891706